



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

27/09/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Vote na inclusão digital

Às vésperas das eleições municipais muita gente ainda não tem candidato a vereador. Para (não) variar, a chamada grande mídia, capitaneada pelas Organizações Globo, tenta desmoralizar os candidatos mais progressistas, enquanto garante apoio aos setores mais conservadores.

Numa eleição municipal qual a importância das telecomunicações, da inclusão digital? Toda.

Se é verdade que saúde e educação são temas estratégicos – apesar do governo golpista tentar congelar por 20 anos os investimentos nessas áreas -, não é menos verdade que com as telecomunicações podemos potencializar todas os setores do serviço público essenciais à sociedade, principalmente para os mais pobres.

Alguns pontos a serem refletidos na hora de escolher um candidato:

1. Compromisso com a luta contra a retirada dos telefones públicos (TPs), em especial das áreas mais carentes. A Oi pretende arrancar 60 mil TPs em todo o Estado do Rio de Janeiro, a maioria na capital. Vários países no mundo estão modernizando os telefones públicos e os transformando em pontos wi fi, inclusive em Nova York.
2. Exigir que o telefone popular seja instalado pela Oi (em todo o país, exceto São Paulo no qual a obrigação é da Vivo). Todos os que estão registrados no Cadastro Único do governo federal têm direito. Nos estados onde a Oi é a operadora ligue 10331. O telefone popular custa R\$ 15 por mês e dá direito a 90 minutos de ligações para outros telefones fixos. Com o telefone popular é possível fazer ligações mais baratas do que ligando do celular pré-pago. O vereador pode cobrar da Anatel uma maior

divulgação desse serviço.

3. Lutar para a criação de um Conselho Municipal de Inclusão Digital com ampla participação de entidades da sociedade civil e movimentos sociais. O Conselho teria influência na definição das principais diretrizes da política pública de inclusão digital do município.
4. d) Lutar para que o governo municipal implemente planos permanentes de inclusão digital. Garantir no orçamento do município recursos para a implementação e manutenção de centros públicos de inclusão digital.
5. Articular os centros de inclusão digital com os programas sociais de inclusão: Bolsa Família, Primeiro Emprego, Jovem Aprendiz, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil etc.
6. Articular as ações de inclusão digital com todas as ações da Prefeitura na área da educação, especialmente no que se refere aos laboratórios de informática em escolas; formação e treinamento de professores e alunos; garantir o compartilhamento de recursos e conhecimento.

Essas são apenas algumas ideias que devem ser discutidas. Tantas outras podem potencializar a melhoria da saúde, da educação e as diversas áreas de interesse público. Há candidatos sérios comprometidos com essa perspectiva. Pesquise e vote. Votar no candidato (a) à Prefeitura é muito importante, mas, no final das contas, quase tudo que é ou não implementado depende da Câmara do Vereadores.

O Instituto Telecom defende ainda que o eleitor não dê o seu voto a candidatos racistas, homofóbicos e violentos. Vote na inclusão digital. Vote na democracia.

Instituto Telecom, Terça-feira, 27 de setembro de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

27/09/2016 - INSTITUTO TELECOM

Administradores judiciais da Oi alertaram para a deterioração do endividamento da empresa

O relatório foi publicado em 26 de agosto. Novo relatório foi publicado em 15 de setembro.

A PwC e o Wald trazem também uma lista mais detalhada dos credores, que foi aberta por "áreas". Assim, sabe-se que a Oi tem dívida com 3 mil pequenas empresas no valor de R\$ 184 milhões; com 19 instituições financeiras no valor de R\$ 46,1 bilhões; ou que a disputa judicial que está perdendo no Sul, dos planos de expansão da antiga Telebras, tem quase o mesmo valor do que a sua dívida com os seus fornecedores de tecnologia. Em relação aos balanços das empresas, os administradores querem mais explicações sobre a redução do saldo de caixa do segundo trimestre de R\$ 3,8 bi, em relatório de agosto. No final de julho, o caixa havia melhorado, conforme novo relatório.

Os administradores judiciais da Oi, PricewaterhouseCoopers (PwC) e o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald ("Wald") divulgaram no dia 26 de agosto o Relatório Preliminar de Atividades (RPA), com periodicidade mensal, conforme determinou o juiz Fernando Cesar Ferreira Vianna, que cuida da recuperação judicial da operadora. Conforme o documento, "é possível observar a deterioração da posição de endividamento, tanto financeiro (empréstimos e financiamentos) quanto operacional (contas a pagar) e nos aspectos litigiosos (valores a pagar de natureza jurídica e retenções a título de depósito judicial) e regulatórios (multas administrativas)."

As sete empresas que estão sob a vigilância judicial – Oi S.A., Telemar Norte Leste S.A., Oi Móvel S.A., COPART 4 Participações S.A., COPART 5 Participações S.A., Portugal Telecom Internacional Finance B.V. e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. – tiveram o resultado operacional dos dois primeiros trimestres do ano analisados pelos administradores individualmente, que levantaram dúvidas sobre algumas rubricas informadas e que ainda não puderam ser totalmente esclarecidas pela administração da Oi. Entre elas, os empréstimos e transferências entre essas empresas

e as demais empresas do grupo, que não estão em recuperação, e as movimentações financeiras após o pedido de recuperação judicial.

Conforme o relatório, em relação ao primeiro trimestre deste ano e a junho de 2016, a holding Oi S.A. apresentou uma redução no saldo do caixa de R\$ 3,8 bilhões (tinha R\$ 6,7 bilhões em março e fechou junho com R\$ 2,89 bilhões), cujas explicações detalhadas ainda dependem de maiores informações. Os administradores acreditam, no entanto, que deve estar relacionada a redução nos "empréstimos e financiamentos".

No relatório de 15 de setembro, os administradores informam que receberam quase todas as informações que faltavam. Os balanços publicados demonstram que, entre junho de 2016 e julho de 2016 os empréstimos e financiamento passaram de R\$ 48, 2 bi para R\$ 47, 41 bi. E o caixa, entre junho de 2016 a julho de 2016 teve uma ligeira melhora: saiu de R\$ 2,89 bilhões para R\$ 3,137 bilhões

Credores

Os administradores trazem mais detalhes sobre a lista de credores, que foi aberta por áreas:

A classe 1 – que são os Credores Trabalhistas somam uma lista de 5,205 mil credores e um passivo a receber de R\$ 1,105 bilhão.

Os processos trabalhistas somam 5.007 – com dívidas de R\$ 483 milhões

Honorários advocatícios somam 191 – com dívidas de R\$ 88 milhões

A Fundação Atlântico de Seguridade Social (dos funcionários da empresa)- tem a receber R\$ 534 milhões

6 Advogados de fornecedores – têm a receber R\$ 1 milhão

A Classe 2 – Credor com garantia real – figura apenas o BNDES, que tem a receber R\$ 3,327 bilhões

Na Classe 3 – Credores Quirografários – são os bancos, fornecedores, regulatório. São os que mais têm a receber: R\$ 60,533 bilhões.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Os credores financeiros são 19 no total (pois os milhares de bondholders estão agrupados em poucos trustees) e têm a receber R\$ 46, 105 bilhões

A Anatel tem a receber R\$ 11,092 bilhões

Processos cíveis por linhas de expansão (PEX) – São 43,4 mil credores que têm a receber R\$ 1,373 bilhão

Outros processos jurídicos – 14,256 mil credores a receber R\$ 355 milhões

Fornecedores – 746 fornecedores têm a receber R\$ 1,366 bilhão

Fornecedores Intercompany – 78 fornecedores têm a receber R\$ 238 milhões

Advogados – 37 advogados têm a receber R\$ 4 milhões em honorários.

Na Classe 4 – Pequenas empresas

São 3,074 mil empresas que precisam receber R\$ 184 milhões

A Oi já teria entrado com um pedido de mediação judicial para tratar da dívida junto a Anatel, uma questão que não é fácil resolver.

27/09/2016 - INSTITUTO TELECOM

Satélites – Empresas comemoram flexibilização de regras

A flexibilização de algumas regras e procedimentos regulatórios anunciada nesta sexta, 23, pela Anatel, durante o Congresso Latino-americano de Satélites, foi comemorada pelo setor de satélites. Para o presidente do Sindisat, entidade patronal que representa as operadoras do setor, Luiz Otávio Prates, as medidas vêm no sentido de tornar o mercado de satélites mais competitivo e as regras mais isonômicas em relação a outros serviços de telecomunicações.

Para Lincoln Oliveira, diretor geral da StarOne, a simplificação é sempre uma virtude e abre espaço e novas oportunidades.

Jurandir Pitsch, vice-presidente de marketing da SES para a América Latina, lembra que as regras atuais, sobretudo a exigência de licitação para a outorga de posições orbitais brasileiras, cria uma demora no processo e fez com que o País perdesse muitas posições importantes para outros países. Para ele, a mudança de regra não deve trazer nenhuma mudança mais significativa no quadro competitivo, mas tornar o processo de planejamento e tomada de decisões das empresas mais ágil, o que é positivo.

Para Márcio Brasil, diretor comercial da Intelsat,

a barreira de entrada da licitação é sempre algo que pesa contra o consumidor. “ O que pode diminuir uma barreira é sempre bom. Mais competição é sempre bom. Eu agradeço como cidadão que a Anatel esteja com esse pensamento, e isso deveria ser levado a outras áreas do governo” , disse.

Barreira argentina

Para Mauro Wajnberg, diretor geral da Telesat no Brasil, as medidas são extremamente positivas. Ele, contudo, sugere que a Anatel avalie a possibilidade de que o prazo de contagem da licença se dê quando o satélite entrar em órbita ou em operação, pois hoje como existe um período de 3 a 4 anos para ele ser fabricado e lançado, acaba havendo um descasamento entre a licença e a vida útil do satélite. Ele também chama a atenção do governo para que intervenha junto ao governo da Argentina para que aquele país passe a respeitar os acordos de reciprocidade e landing-rights existentes desde 2001 e que estão sendo, segundo ele, sistematicamente ignorados pelo governo argentino.

Samuel Possebon, Teletime, 24 de setembro de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26/09/2016 - RBA

Limitar FGTS é tentativa de acabar com o Minha Casa, Minha Vida, dizem movimentos

A medida que proíbe a aplicação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no financiamento de obras do Programa Minha Casa, Minha Vida foi recebida, pelos movimentos sociais, como uma nova investida do governo Michel Temer para liquidar o programa. Para o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, “é uma tentativa de arrochar o programa, criando pretextos para barrar projetos e um controle político do Ministério das Cidades para liberá-los”.

A Instrução Normativa (IN) 24, assinada pelo ministro das Cidades, Bruno Araújo, na última sexta-feira (23), foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de hoje (26). O documento “desautoriza” a Caixa Econômica Federal a aplicar recursos do FGTS no programa, “enquanto não constar do orçamento fiscal e da seguridade social rubrica específica correspondente à contabilização dos adiantamentos concedidos a partir de disponibilidades dos referidos fundos”. Não se trata da utilização do FGTS pessoal para comprar uma casa, mas do investimento de parte do fundo total no financiamento das obras.

Ainda de acordo com a IN, será da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades a decisão sobre a “conveniência e a oportunidade” de garantir a rubrica orçamentária necessária ou a efetivar a contratação de operação de crédito para garantir empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, que utilizem recursos oriundos do FGTS e outras modalidades de financiamento. O ministério alegou cumprir orientações do Tribunal de Contas da União, para evitar que se caracterize empréstimo do banco à União, o que é ilegal.

A medida vai afetar principalmente a faixa 1 do programa, que atende às famílias mais pobres – com renda até R\$ 1.800 –, e a modalidade Entidades, cujo projeto e fiscalização da obra ficam a cargo de associações formadas pelos futuros moradores, organizados por movimentos sociais. Ambas contam com amplo subsídio estatal. Nesse caso, até 95% do valor da moradia são bancado pelos governo, com recursos do FGTS e do Tesouro Nacional. O restante é pago pelo beneficiário, em prestações adequadas à renda familiar.

“É um recurso que a Caixa paga às construtoras para viabilizar a obra. Como na faixa 1, a maior parte do recurso vem de subsídio, e não de financiamento bancário,

porque as famílias não são sujeitos de crédito, o impacto vai ser maior. Se não tiver FGTS não tem financiamento”, explicou Boulos. As faixas 2 e 3 do programa (famílias com renda mensal de até R\$ 3,6 mil e R\$ 6,5 mil, respectivamente) podem recorrer a financiamentos bancários e ao uso do FGTS próprio para aquisição de uma unidade habitacional, ação que não é afetada pela norma.

Outra preocupação é que, sendo uma decisão caso a caso do ministério, passem a vigorar critérios políticos na aprovação de projetos. “O governo vai poder definir qual projeto, região ou cidade que vai receber recurso, tirando a autonomia técnica da Caixa para definição dos projetos”, completou. Desde 2009, ano da criação do programa, foram concedidos R\$ 39 bilhões em subsídios com apoio do FGTS. Até abril deste ano, foram entregues 2,6 milhões de moradias pelo programa.

Em maio deste ano, Temer determinou a suspensão de todas as novas contratações do programa. Em março, a presidenta Dilma Rousseff havia lançado a terceira fase do programa, com expectativa de construir dois milhões de moradias até 2018. A expectativa atual é construir 500 mil por ano, mas nenhum novo projeto foi aprovado.

O militante sem-teto garantiu que a efetivação dessa medida vai levar a uma reação da população pobre e dos movimentos de moradia, que resultará em ocupações por todo o país. “Não tenha dúvida que isso vai levar a um verdadeiro ciclo de ocupações. Quando a política pública não apresenta nenhuma alternativa, ainda mais com a crise, o desemprego, as pessoas não conseguindo pagar os aluguéis, o resultado vai ser uma explosão de ocupações nas cidades”, alertou Boulos.

O militante Raimundo Bonfim, da Central de Movimentos Populares (CMP), à qual são associados vários movimentos de moradia que atuam na região central de São Paulo e no interior paulista, ressaltou que as famílias de baixa renda da zona rural também serão afetadas pela medida, já que o modelo do programa para essa população é semelhante à faixa 1.

“Vamos nos unir com movimentos do campo para reagir a essas medidas. O governo golpista caminha para o desmonte total do Minha Casa, Minha Vida. Certamente teremos um crescimento das ocupações, tanto na cidade quanto na zona rural”, afirmou Bonfim.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

27/09/2016 - Vermelho

Privatizar saneamento vai na contramão da tendência mundial

No mês de setembro, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgou um estudo em que sistematiza dados do saneamento básico no país. Entre as conclusões, a pesquisa "Visão geral dos serviços de água e esgotamento sanitário no Brasil" aponta para uma estratégia de inserção da iniciativa privada no setor, seja por meio da constituição de Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou mesmo de tentativas de privatização de empresas estatais.

Na apresentação do programa federal de privatizações denominado "Projeto Crescer", no início deste mês, foi anunciada a inclusão de concessões de rodovias, ferrovias, terminais portuários, mineração, energia e também saneamento. Para especialistas ouvidos pelo Brasil de Fato, a iniciativa vai na contramão de uma tendência de remunicipalização dos serviços, onde se observou experiências desagradáveis com a privatização.

Berlin, Buenos Aires, Budapeste, La Paz, Maputo e Paris são exemplos de cidades que passaram o controle novamente à iniciativa pública, aponta o estudo, que é a primeira publicação da Rede Saneamento, constituída recentemente pelo instituto e cujo objetivo é apresentar um panorama, abrangendo diferentes dimensões, dos serviços no Brasil.

José Silvestre, coordenador técnico do Dieese à frente da pesquisa, afirma que a política de ajuste fiscal no âmbito federal tende a reduzir a disponibilidade de recursos para os investimentos, o que facilitaria a ampliação da participação privada como alternativa para a ampliação dos serviços.

"O que o governo está sinalizando é que virá um processo de privatização deste setor [de saneamento]. Como se dará, isso ainda não está claro. Mas dada a conjuntura e a circunstância do ajuste fiscal, isso afetará ainda mais o processo de ampliação da cobertura de áreas que não estejam servidas seja por água potável, seja pelo serviço de esgotamento sanitário de maneira geral", disse o técnico.

O presidente não eleito Michel Temer (PMDB) demonstrou apoio aos estados que promoverem parcerias com o setor privado. O secretário executivo

do "Projeto Crescer", Moreira Franco, afirmou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fará encontros com os governos estaduais para definir as alternativas para a concessão do serviço ao setor privado. Na primeira fase, os estados de Rondônia, Pará e Rio de Janeiro, que já sinalizaram interesse, devem ser contemplados.

Edson Aparecido, assessor de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), critica o novo papel da empresa pública. "O BNDES deveria ser um banco de fomento, indutor do desenvolvimento econômico e social, mas terá agora a contribuição com a modelagem de privatizações como uma de suas atribuições", disse.

O leilão, no entanto, não deve prever a privatização das companhias estaduais. A entrega à iniciativa privada deverá ser de parte das operações, como o serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto. Segundo Edson, a complexidade das atribuições no setor dificultam a inserção do saneamento nos pacotes como o Crescer, pelo fato de que a ação depende dos estados e municípios. "O governo federal não pode definir o que será privatizado nos estados, mas apoiar essas iniciativas", disse.

"A novidade do papel do BNDES para os estados é que isso pode significar um alívio de caixa, na medida em que eles tem que honrar seus compromissos com o governo federal", complementou ele. Segundo o assessor, a tendência agora é as políticas de saneamento descolarem do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), aprovado em 2014, e que se tenha uma queda significativa dos investimentos.

Marussia Whately, coordenadora da Aliança pela Água, pondera que os municípios não podem delegar o planejamento da política do setor ao órgão regulador ou ao prestador de serviço e devem definir um órgão regulador.

"A legislação até prevê privatizações, mas tem como centro o município como o órgão que vai dar o controle social [ao setor], que vai pensar a regulação, que terá um órgão de fiscalização. Mas, na prática, não é isso que acontece", afirma.



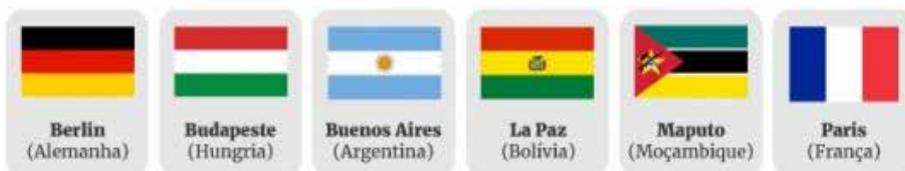
Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Cerca de **32 milhões** de pessoas em **304** municípios são atendidas por empresas privadas

O **Tocantins** é o estado com a maior presença privada na prestação do serviço (**125**), seguido por **São Paulo (50)** e **Mato Grosso (41)**

Cidades que optaram por “remunicipalizar” os serviços de água e esgoto:



Dados da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon)

Leia mais em :

<http://www.vermelho.org.br/noticia/287311-1>

27/09/2016 - INSTITUTO TELECOM

Cade pede condenação de empresas do mercado de recarga de telefones celulares

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade recomendou, em parecer publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 23/09, a condenação de três empresas e nove pessoas físicas por formação de cartel no mercado de distribuição de recarga eletrônica para telefones celulares pré-pagos (Processo Administrativo nº 08012.002812/2010-42).

As empresas são Check Express S/A, Rede Digital Comércio e Serviços Ltda. (atual Rede Transações Eletrônicas Ltda.) e Rede Ponto Certo Tecnologia e Serviços Ltda.. A investigação teve início em 2010, a partir de acordo de leniência firmado com o Cade e o Ministério Público do Estado de São Paulo.

As irregularidades teriam ocorrido pelo menos entre 2007 – quando o mercado de distribuidores eletrônicos de recarga para celular movimentou cerca de R\$ 3,5 bilhões – e 2009. Ao longo da instrução do processo, também foram firmados dois Termos de Cessação de Conduta – TCCs entre o Cade e a RV Tecnologia e Sistemas S/A, Getnet S/A e pessoas físicas relacionadas a essas empresas.

A partir das evidências colhidas no acordo de

leniência, nos TCCs e em investigações conduzidas pela Superintendência-Geral, ficou constatado que os representados definiram políticas de não agressão entre as empresas para evitar a transferência de clientela nos pontos de venda; combinaram percentual de desconto aplicável aos pontos de venda para evitar guerras de preço e diminuir a concorrência entre os distribuidores; e criaram uma lista de pontos de venda inadimplentes, de forma a reduzir os riscos de operação entre os representados.

As evidências da conduta anticompetitiva estão, principalmente, em trocas de e-mails e relatos de reuniões entre os concorrentes. O processo administrativo segue agora para julgamento pelo Tribunal do Cade, responsável pela decisão final. Caso sejam condenadas, as empresas deverão pagar multa que pode alcançar até 20% do seu faturamento bruto no ano anterior ao de instauração do processo. As pessoas físicas envolvidas estão sujeitas ao pagamento de multa de 1% a 20% daquela aplicada à empresa a qual correspondem.

Convergência Digital, 23 de setembro de 2016